

OS INDÍGENAS E AS CIDADES: REFLEXÕES FILOSÓFICAS SOBRE MEMÓRIA E IDENTIDADE NO ESPAÇO URBANO

INDIGENOUS PEOPLE AND CITIES: PHILOSOPHICAL REFLECTIONS ON MEMORY AND IDENTITY IN URBAN SPACE

Ricardo Valim¹
Dorcas Florentino de Araújo²

Resumo:

Estaria a identidade indígena ameaçada por estar fora do espaço de suas comunidades originárias? Essa é uma pergunta importante a ser feita em uma sociedade em que o imaginário cultural romântico permeado pelos resquícios da colonialidade insiste em dizer que sim. A pesquisa objetiva uma análise referente à construção da identidade indígena no espaço urbano com todas as possibilidades presentes neste espaço vivencial, com intuito de evidenciar que o indígena não perde sua essência por vir residir nos espaços urbanos. Neste sentido, a reflexão filosófica ganha espaço ao oportunizar questionamentos com relação a aspectos como territorialidade, corporeidade e relação política com os mundos que nos atravessam mesmo no espaço urbano.

Palavras-chave: Urbanização, Identidade, Filosofia, Indígena

Abstract:

Is indigenous identity threatened by being outside the space of its original communities? This is an important question to ask in a society where the romantic cultural imaginary permeated by the remnants of coloniality insists that it is. The research aims to analyze the construction of indigenous identity in the urban space with all the possibilities present in this living space, with the aim of showing that indigenous people do not lose their essence by coming to live in urban spaces. In this sense, philosophical reflection gains space by providing opportunities for questioning aspects such as territoriality, corporeality and political relationship with the worlds that cross us even in the urban space.

Keywords: Urbanization, Identity, Philosophy, Indigenous

¹ Doutorando em Filosofia (PUCPR). Mestre em Filosofia (UNIR).

² Doutora em Urbanismo (UFRJ). Pesquisadora do Núcleo *Tecnoíndia* de Estudos e Pesquisas Tecnologias Indígenas (UFMT). Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo (UFMT), na área de Projeto de Arquitetura e Representação Gráfica.

Introdução

As cidades são desde sempre espaços importantes nas vidas dos seres humanos. É nas cidades que decisões importantes são tomadas, afinal se configuram como centros administrativos e por isso têm sentido e relevância. Mas também podem se configurar como espaços de exclusão onde pessoas menos favorecidas são aos poucos removidas de seus espaços originários para dar lugar àqueles que possuem melhores condições financeiras para ali permanecer.

As cidades desde sempre são espaços importantes nas vidas dos seres humanos. São nelas que decisões importantes são tomadas, afinal, configuram-se como centros administrativos e por isso, têm sentido e grande relevância, mas também se caracterizam como espaços de exclusão, onde pessoas menos favorecidas são aos poucos removidas de seus espaços originários para dar lugar àqueles que possuem melhores condições financeiras para ali permanecer.

Esse texto propõe refletir a respeito da relação das cidades e os povos indígenas no Brasil, a partir do entendimento filosófico e antropológico, tendo em vista serem povos originários que possuem no repertório cognitivo e no seu modo de viver o/no mundo, uma relação diferenciada com o meio natural e o outro.

Partindo desse pressuposto, esse texto propõe refletir a respeito da relação dos centros urbanos e os povos indígenas no Brasil a partir do entendimento filosófico e antropológico, tendo em vista sua identidade de povos originários, que possuem no repertório cognitivo e no seu modo de viver o/no mundo, uma relação diferenciada com o meio natural e com o outro.

Pela sua riqueza de possibilidades, os grandes centros poderiam ser locais de encontro e debates verdadeiramente autênticos para o fortalecimento dos laços sociais. No entanto, vemos rios poluídos, pessoas e suas moradias em condições precárias na periferia, cidades com pouca ou nenhuma arborização.

O ar de nossos céus e as águas dos rios se tornaram poluídos, aquilo que para os povos indígenas é o que há de mais sagrado se tornou para nós como um grande depósito de lixo e esgoto. O sagrado tornou-se pior que o profano, tornando-se imundo e fétido. A vida que antes abundava nas águas hoje com muita dificuldade consegue se manter em locais mais afastados, mas não nos espaços urbanos. Apenas animais mais resistentes conseguiram se adaptar de alguma forma a esse tipo de vida que consegue destruir seu próprio meio de vida.

O ar do nosso céu e as águas dos rios tornam-se poluídos. Aquilo que para os povos indígenas é o que há de mais sagrado, se tornou para nós um grande depósito de lixo e esgoto. O sagrado tornou-se pior que o profano, tornando-se imundo e fétido. A vida que antes abundava nas águas, hoje com muita dificuldade consegue se manter em locais mais afastados, mas não nos espaços urbanos. Apenas animais mais resistentes conseguiram se adaptar de alguma forma a esse tipo de vida que consegue destruir seu próprio meio de vida.

É necessário pensar em práticas educativas que realmente surtam efeitos para que se possa mudar o entendimento humano de que a natureza não é apenas um “recurso natural”, mas é nosso meio ambiente do qual dependemos para sobreviver. Enquanto for favorecida uma arquitetura hostil em nossas cidades e a não escuta das vozes dos povos indígenas sobre o cuidado para com a natureza, estaremos apenas abreviando nosso tempo de existência neste mundo.

Os povos indígenas há tempos têm manifestado seu apreço e cuidado para com a natureza e tem tentado alertar de forma reflexiva o pensamento ocidental

para compreender os riscos reais de degradação do meio ambiente. Escutar essas vozes envoltas em ancestralidade mais do que educação é um ato de bom senso.

Pensar a cidade a partir de uma ancestralidade ética

Apreciamos pensar em nossas cidades, em sua beleza e arquitetura, nas suas facilidades, comodidades e não gostamos nem um pouco de pensar na miséria e exclusão que podem haver nestes espaços. Gostamos de pensar em nossas cidades, em sua beleza e arquitetura, nas suas facilidades e comodidades. Não gostamos nem um pouco de pensar na miséria e exclusão que podem haver nestes espaços. São “as cidades [...] o símbolo do desenvolvimento do ocidente e da modernidade. É lá que estão as fábricas, as emissoras de televisão, as companhias aéreas, os servidores de internet” (Nunes, 2010, p. 24). Vale considerar também neste processo de análise que “muitas cidades se formaram em territórios indígenas ou cresceram em direção a esses territórios, apagando os limites físicos entre aldeia e cidade e pondo em xeque a ideia de que lugar de índio é fora da cidade” (Wiecko Volkmer de Castilho *et al*, 2023, p. 122). Esquecemos que estas mesmas cidades são palcos contínuos de manifestações por melhorias na própria vida das populações que compõem esse universo da *Urbi*.

Pela própria constituição cognitiva ocidentocêntrica, existe uma dificuldade de compreensão referente a outras perspectivas de cidade. A mentalidade ocidental que dissocia o ser humano da natureza (Valim, 2024, p. 35, 89, 91, 98) impede a compreensão da beleza dos mundos que se atravessam. Nisto consiste que “a razão antropocêntrica nos impede de compreender essa circulação de afeto, nos impede de construir relações com a natureza além da relação sujeito-objeto” (De Moraes Rodrigues, 2023, p. 195). A situação fica ainda pior quando se busca invisibilizar os conhecimentos dos povos indígenas que são formas de saberes que poderiam auxiliar a humanidade a se reconectar com a sua verdadeira essência.

Nos processos coloniais e em suas sequelas que são as invasões culturais (De Castro *et al*, 2021, p. 5) que permanecem até nossos dias é muito comum que “a estratégia do apagamento dessas narrativas e as descrenças nestas têm como objetivo o distanciamento dos humanos, ainda não alcançados totalmente pela ideia de humanidade ocidental, de seus territórios e a ocupações desses pelas corporações capitalistas” (De Moraes Rodrigues, 2023, p. 195). Se acontecer esse apagamento, como consequência não existe nenhuma forma de serem enfrentados como contraponto na conquista de novos espaços porque o outro é considerado como nada e, portanto, é absolutamente legítima a imposição de força para requerer algo que se considera disponível.

Se for considerado o espaço urbano como um espaço de diversidades, certamente seria oportuna uma reflexão que parte inclusive da própria ancestralidade indígena, permeada pela ótica dos mundos que se atravessam e que em seus contornos de diversidade ensinam a toda a humanidade os caminhos para uma vida ética e mais harmônica.

A ética ancestral tem uma de suas raízes nesse pensamento, a diversidade, a diferença radical onde circulam afetos, uma humanidade alegre. A diferença radical implica acima de tudo o reconhecimento e o conhecimento da alteridade da natureza, não somos iguais a ela, somos, com ela, um organismo. Estamos trocando afetos com ela, essa relação só é possível ser pensada para além da filosofia redutora de tudo ao logos grego. Uma ética ancestral não se omite ao diálogo com outras éticas, desde que estas contribuam para continuarmos

nossa passagem dançando por nosso planeta, e acima de tudo, o deixemos belo, alegre e vivenciável para as próximas gerações, para que elas também possam ser passagem dançantes por ele. (De Moraes Rodrigues, 2023, p. 196).

Neste horizonte de dialogicidade necessária (De Castro *et all*, 2021, p. 5-6) também situa-se um problema educacional, pois nos leva a refletir como “um dos maiores desafios está nos modos como esses elementos culturais e históricos do pluriverso dos povos indígenas devem ser inseridos nos currículos da Educação” (Noguera, 2016, p. 398). Nota-se que a ética ancestral é a voz permeada pela complexidade, diversidade e política, com o posicionamento diante do diferente não com o propósito de subjugar-lo ou inviabilizá-lo, mas de apontar caminhos, nos quais, possamos caminhar “juntos” em direção a um futuro mais equilibrado entre os seres que povoam a realidade imanente da existência. A vida que temos acesso pelos nossos sentidos não se compara a nada com relação às realidades outras pensadas pelos indígenas e que se situam na ordem de encontros com este mundo dos sentidos que captamos.

Sem uma compreensão mais profunda da vida enquanto tal, tudo se torna passível de usurpação e destruição, porque não representa absolutamente nada para aquele que explora apenas vastos campos vazios a serem explorados até a sua escassez.

Esses lugares e essas pessoas são ameaçadas pelos garimpos, corporações, silenciamentos e filosofias racionalistas hegemônicas que fundamentam a ideia de progresso pautada na dominação da natureza. Em suma, pela roda do capital em sua ânsia de destruição constante dos espaços “não lucrativos”. Temos um diagnóstico do presente que propõe uma crítica radical à produção do vazio e pregação do niilismo. (De Moraes Rodrigues, 2023, p. 199).

Cria-se uma ambiência de desencanto onde a natureza e os povos indígenas nada possuem a dizer de criativo e construtivo, segundo a perspectiva legitimadora de saberes do ocidente. Assim, “o mundo desencantado pelo cálculo, fez da natureza o lugar de pura exploração” (De Moraes Rodrigues, 2023, p. 201). Por isso, é sempre válido fazer uma dissociação entre o encantado e a materialização bruta da vida, assim como aquilo que é o real valor da vida e enquanto tal, o que o capitalismo selvagem coloca como condição de valor para coisas e pessoas.

É preciso ter em conta bem definido que a ação humana hoje dirigida à fabricação é uma ação alienada pela propriedade privada dos meios de produção. O trabalho que nos libertou da natureza, que nos colocou em movimento com ela e nos possibilitou “compreendê-la” e “superá-la” em nós pelo pensamento, passou a ser instrumento de manipulação, de animalização do ser humano, quando se torna trabalho alienado. (De Moraes Rodrigues, 2023, p. 202).

Neste sentido, a ética proposta pelos povos indígenas que são princípios autênticos de vida e que vem ao nosso encontro nos ensinar que “o mundo que está em perigo e que não devemos deixar acabar é o mundo da vida autêntica ligado à terra, a vida em comunhão com os seres vivos entre si, destes com nossas ancestralidades. A vida autêntica, sem mediação do egoísmo humano, ávido de destruição” (De Moraes Rodrigues, 2023, p. 203). Sem essa percepção mais ampla do mundo da vida corre-se o perigo da perpetuação de estruturas de poder e dominação que podem permanecer dentro dos grandes centros urbanos. A permanência ou não desta colonialidade depende muito das narrativas que são

empregadas em sociedade. Conforme um discurso é propagado, a sua assimilação e entendimento será dada conforme a normatividade de sua propagação orienta.

Em última instância, narrar é convocar a memória ancestral que nos ensina que existem povos agarrados à terra, que existe um caminho de retorno para os desarraigados, a ética ancestral tem nessa convocação uma de suas raízes, ela é a narrativa de um mundo que sempre existiu como lugar de circulação, sem restrições, de afetos. A ética ancestral é uma dialética de narrar e ouvir os apelos dessa memória ancestral pedindo para fazer parte na ação concreta de cada um/a. (De Moraes Rodrigues, 2023, p. 204)

Como se pode notar, é o espaço oportuno para a escuta das vozes ancestrais e suas orientações que ultrapassam o tempo e o espaço que se inserem no centro vivencial, existencial humano e como um guia precioso para o encontro com a essência da própria vida humana.

Existe uma razão de sentido muito forte para o alerta necessário da escuta atenta da palavra nos legada pela sabedoria ancestral dos povos indígenas que está muito além de interesses ideológicos e políticos, mas que se inserem no quadro fundamental de sobrevivência mesma, sobretudo nas cidades.

É tarefa de uma ética ancestral, por conseguinte, nos lembrar de nossos vínculos profundos com a terra, resgatar nossa memória ancestral. Pois a escuta dessa memória nos tira da triste experiência de que o nosso passado pode dizer bem pouco daquilo que somos. E, assim, aquela oscilação entre o que somos, o que poderíamos ser e o que cada ser humano individualmente quer, não fará mais de nossa convivência um paradoxo. (De Moraes Rodrigues, 2023, p. 206).

A própria ética ancestral como podemos observar, confere ao ser humano o sentido existencial concreto de pertencimento e de ser no mundo. Uma identidade que é configurada não pelos ditames de uma lógica ocidentocêntrica, mas pela própria comunidade de humanos vivendo na coletividade indígena.

Essa vivência de coletividade é tão importante que precisamos pensá-la a partir de suas próprias conceituações e seus desdobramentos, sobretudo, nas cidades. Por isso, nos deteremos agora a refletir sobre as vivências indígenas nas cidades e as suas narrativas nessas ambiências.

As vivências indígenas nas cidades e a narrativa do outro

Certamente para uma visão de mundo colonial os indígenas são pensados vivendo em uma realidade fora dos espaços dos grandes centros, o que não é uma verdade. Estão mais próximos do que imaginamos e são muito bem organizados. É preciso saber que “os indígenas dentro do espaço urbano possuem diversas organizações sociais, como forma de pressão política e ferramentas de lutas” (Batistoti *et all*, 2019, p. 336; De Castro *et all*, 2022, p. 4; Nascimento *et all*, 2015, p. 129; Tobias *et all*, 2023, p. 32). Tendo seus deslocamentos marcados de forma forçosa, sejam por questões conflituosas de terras, ou por políticas passadas de

governos³, busca-se nas cidades encontrar espaços para viverem em paz e se agregarem para lutar por seus direitos.

Os Pankararu, assim como centenas de outros povos originários, tiveram seus deslocamentos cerceados, foram aldeados e submetidos à catequização e a políticas integracionistas, precisaram se esconder para sobreviver e proteger o que ainda restava de sua cultura, de sua língua, de seus territórios ancestrais. Em São Paulo, os Pankararu estão distribuídos pelas favelas do Real Parque, Paraisópolis e outros cantos da cidade. Se organizaram para buscar seus direitos enquanto comunidade, povo indígena no contexto da cidade. Criaram uma associação, juntaram forças com outros povos indígenas e assim conseguiram articular ações voltadas à saúde e à educação. (Wiecko Volkmer de Castilho *et all*, 2023, p. 126-127)

No entanto, este fato não serve para que se venha a acomodar e acreditar que não há nada por se fazer diante de tais transformações sociais. Os espaços indígenas não são cedidos, mas sim, conquistados através de engajamentos e lutas por reconhecimento. Por isso, é de se concordar que:

Se faz necessário pensar cada vez mais em políticas públicas que atendam esses povos, com estratégias que permitam mudanças no cenário atual no qual eles se encontram. Logo, é essencial que tais políticas sejam efetivadas, de forma a livrar os povos indígenas do esquecimento histórico que os mesmos vêm carregando ao longo da sua trajetória existencial. (Batistoti *et all*, 2019, p. 336).

Esse processo é importante também para combater as falsas imagens referentes aos povos indígenas que remontam ao século XVI (Jecupé, 2001, p. 95; Valim, 2024, p. 105, 125; Correia *et all*, 2021, p. 8, 10, 12; Baniwa, 2006, p. 47, 123; Nascimento *et all*, 2015, p. 121; Rosado *et all*, 2013, p. 17), aquela visão romântica do “bom selvagem”, de pessoas que vivem isoladas em meio às matas com suas existências primitivas, e que parece perdurar até nossos dias. Assim, a identidade genérica “índio” geralmente vem como que codificada de rusticidade e desprovida de qualquer aproximação com o que se considera conforto e moderno pela sociedade nacional brasileira não-indígena. Esse pensamento que, passado mais de cinco séculos do contato interétnico, ainda pretende reunir os povos indígenas numa única condição cultural como requisito para a identidade indígena. Essa perspectiva dissemina um pensamento equivocado que traz desafios para a valorização dos conhecimentos e do modo de viver indígena nas cidades.

O que essa percepção de mundo não informa são as diversas formas de desafios que os indígenas em situação de urbanidade enfrentam todos os dias.

Os indígenas em contextos urbanos também encontram dificuldades para a inserção no mercado de trabalho, deparando-se com ofertas de salários menores ou até mesmo com o risco de serem capturados por redes de trabalho análogo à escravidão ou, no caso de mulheres e crianças, de tráfico de pessoas. (Rosa *et all*, 2023, p. 13)

³ A este respeito vale conferir o trabalho a seguir pela sua qualidade, mas também por trazer uma parte significativa da história brasileira sobre os indígenas e seus deslocamentos durante o período do regime militar: LIMA, Edilene Coffaci de. **Exílios índios**: sobre deslocamentos compulsórios no período militar (1964-1988). In Dossiê: Cosmologias, territorialidades e políticas de quilombolas e de povos tradicionais. Aceno Revista de Antropologia, Vol. 3, N. 6, p. 18-35. Ago. a Dez. de 2016. ISSN: 2358-5587. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/4344>. Acesso em: 28 jan 2025.

Além disso, não é mencionado o fato do porquê estes povos aparecem nos grandes centros urbanos, e o que os motivou a procurarem estes espaços e deixarem suas vivências em seus espaços ancestrais. Na verdade, o que ocorre é que “a migração de indígenas para as cidades, voluntária ou forçada, em geral decorre da violação dos direitos, como nos casos em que é motivada pela expulsão dos territórios de origem, insegurança econômica, ausência ou precariedade de serviços básicos” (Wiecko Volkmer de Castilho *et all*, 2023, p. 125). Além de enfrentarem esse processo de deslocamento forçado muitas vezes, ao chegarem ao contexto urbano, têm que passar pelo crivo dos desafios cotidianos que qualquer pessoa passa no mesmo ambiente, além, é claro, de terem que buscar moradia em locais mais distantes, nas periferias.

Indígenas do nordeste migraram para as grandes metrópoles como São Paulo e se estabeleceram nas periferias. Há indígenas que não vivem nas cidades, mas transitam constantemente entre elas e suas aldeias. Há casos como o dos Fulniô, de Águas Belas (PE), que assistiram a cidade nascer e crescer no interior da Terra Indígena. Pode-se dizer que as TI Jaraguá e Tenondé Porã, no município de São Paulo, também são exemplos. (Wiecko Volkmer de Castilho *et all*, 2023, p. 125)

Portanto, existem diversas especificidades com relação à questão da urbanidade e dos povos indígenas que precisam ser consideradas. Não existe um modo próprio de manifestação, mas sim, uma série de elementos que revelam não somente a diversidade dos povos indígenas, mas também, existe uma diversidade de problemas enfrentados pelos mesmos, na conquista pela sua tão sonhada liberdade de serem apenas o que são.

Com tantas mudanças abruptas que perpassam a existência indígena, podem surgir questionamentos referentes à sua identidade: Ao passo que adentram o espaço da cidade deixam eles de serem indígenas? Será que a mudança espacial teria forças suficientes para proporcionar aos indígenas uma mudança substancial existencial? É o que iremos descobrir na etapa seguinte de nossa discussão.

Uma questão filosófica de identidade

Como visto anteriormente, os indígenas enfrentam diversos tipos de desafios no contexto urbano. No entanto, isso não possui a força de propulsão metafísica, ontológica e epistêmica tal que seria capaz de modificar a própria essência dos indígenas que vivem em tal condição existencial.

A população indígena que vive nas periferias das cidades sofre todos os tipos de desafios de quem vive as severas desigualdades socioterritoriais: quase não têm acesso a bens e serviços (quando têm, é precário) e a (*sic*) políticas sociais, além de baixo poder aquisitivo. Isso não quer dizer que perderam os laços com seus locais de origem. (Wiecko Volkmer de Castilho *et all*, 2023, p. 126)

Ao existirem, participam inevitavelmente da dinâmica existencial das sociedades às quais venham a adentrar. A existência indígena é permeada por um laço indissolúvel com sua ancestralidade e com a realidade. Mesmo que sejam expulsos de seus locais originários, ainda assim, seu elo com os saberes dos antigos Xamãs permanecem como guia de orientação para o desenvolvimento pessoal,

intelectual e espiritual. São estes elementos formados no seio de uma comunidade coletiva que fortalecerão o senso crítico e alimentarão a voz política destes mesmos indígenas.

A própria constituição organizacional destes povos indígenas destoa da concepção ocidental de política e propriedade privada (Pinho *et all*, 2024, p. 14; Taylor *et all*, p. 789), pois, “não parece haver na cultura indígena ameríndia uma máquina antropológica que hierarquize os homens em relação aos animais, nem que torne decisiva a conceituação do que é o homem em contraste à sua animalidade, nem há o gesto de animalizar para tornar a vida nua” (Nascimento, 2021, p. 411). Essa percepção, por si só, insere uma dinâmica existencial original, conferindo, assim, o *status* de identidade própria e autônoma, fora de ditames conceituais externos.

Ao passo que se compreende esse modo próprio de ser e estar no mundo, se entende também, que existem dinâmicas que abarcam reservas de sentido para os povos indígenas, como é o caso de suas antigas tradições e sabedorias xamânicas. Tais saberes podem oferecer a nós a oportunidade de conhecer o mundo à nossa volta sob outras formas, até então desconhecidas ou desconsideradas. Por isso, é de bom tom se prestar à escuta destes saberes presentes nas artes, na arquitetura, na literatura e no cinema indígena:

Precisamos assim escutar vozes indígenas que procuram atualmente nos comunicar outra ontologia (algumas delas tendo cursado a licenciatura em filosofia em nossas universidades). São vozes muito vivas, que temos a sorte de escutar no idioma português. São vozes que se tornaram lideranças indígenas, nesse movimento que, uma boa notícia, não para de crescer e adquirir respeito no país. (Nascimento, 2021, p. 411).

Essas vozes da ancestralidade revelam a todo instante, além do seu caráter de originalidade, o aspecto de romper com o romantismo do indígena, como gente do passado e apontam para os povos que estão conectados com a tecnologia e com as mudanças sociais, sem perder de vista, o horizonte de suas tradições. São essas tradições que deixam evidente o lugar de fala dos indígenas, que lhes apresentam o mundo e como cada ser humano nele se encaixa de forma harmoniosa. Passadas de geração em geração, conduzem a coletividade indígena para a compreensão dos mundos que se atravessam.

Entre os Yanomami, mas também entre outros povos tradicionais da floresta, são os mais velhos que têm a responsabilidade de ensinar e exortar os mais novos a seguirem os seus caminhos, que mais do que expressarem um caminho próprio, manifestam um modo de vida compartilhado e que vale perpetuar. São comuns as rodas de conversas e histórias que acontecem antes da alvorada ou no início da noite, com a reunião de todos os mais jovens. Quando se está novo demais, não se pode falar em público como quem dá lições, um discurso mais jovem não será escutado ou será caçado pelos demais. Toda fala dirigida à comunidade, mesmo que contenha uma mensagem verdadeira, ainda que contenha uma palavra de conciliação ou seja uma palavra dura contra os comedores de terra (garimpeiros, fazendeiros e madeireiros que destroem a floresta deixando atrás de si um enorme rastro de morte e dor), deve ser fruto de uma maturação que demora anos e ser o efeito do acolhimento de um espírito animal. (Nascimento, 2021, p. 414).

A palavra indígena xamânica, não é uma palavra qualquer, mas é palavra de vida e palavra política que abre espaço para discursos que visam o posicionamento

diante de mudanças que afetam diretamente as comunidades indígenas. Essa voz política e diplomática xamânica caracterizada pela lida com o intercâmbio dos mundos que se atravessam e que denuncia também os efeitos do avanço humano por sobre as florestas de forma voraz.

Outro ponto de destaque neste processo de refletir sobre a identidade indígena presente nas cidades é que não se trata de uma ótica evolucionista darwiniana em que se passa de um estágio para outro, se adaptando e consequentemente dando origem a uma variante mais adaptável ao novo contexto.

A ideia de “índios urbanos” parece, a esse imaginário, como uma contradição em termos. O selvagem fora da selva, (quase) camuflado entre prédios, é pensado como um indivíduo deslocado, fora de seu próprio mundo, em contradição com a essência de seu ser. Um dos problemas envolvidos aqui – um dos aspectos, portanto, com os quais a antropologia, nessas circunstâncias, tem que lidar – é uma certa teoria da mudança cultural, que toma a transformação com um processo de tornar-se diferente de si próprio e, como consequência, igual a outrem, deixando, assim, de ser quem se é. (Nunes, 2010, p. 16)

Os indígenas são hoje o que sempre foram, e isso não implica senso de atraso ou de pobreza de desenvolvimento. O que queremos afirmar é que sua essência de povos com identidade própria permanece independente de qualquer forma de mudança social. Não serão fatores externos que transformaram os seus indivíduos em um outro totalmente diferente.

A cultura de um povo não é algo que se troca, ou se descarta, mas trata-se de um longo processo dinâmico, jamais estático. Ao falar sobre cultura, Geertz (1978) usa o termo “teias construídas pelo homem” para exemplificar o seu entendimento sobre esse processo sendo uma estrutura que sustenta e dá sentido à sua existência a partir da experiência e interpretação do mundo.

O antropólogo Oliveira Filho (1998), no seu estudo acerca dos povos indígenas do Nordeste, lembra que as populações indígenas “culturalmente misturadas”, ou seja, com pouca distintividade cultural, não deixaram apenas de ser objeto de estudos etnográficos de meados da década de 1950 até final dos anos 90, como também não lograram mais atenção da política indigenista por já serem considerados integrados no contexto regional. As consequências desse pensamento hegemônico trazem rupturas e desvalorização aos indígenas que habitam nas cidades, ao invés de buscar a inclusão dos saberes e experiências indígenas na vivência urbana.

O cognoscente ocidental até tenta implementar novas expressões para dar um tom mais moderno à dinâmica existencial indígena, o que muitas vezes, geram expressões que não são inclusivas, mas excludentes e não expressam a totalidade existencial destes povos.

Expressões como “índios urbanos”, “aculturados” ou “desaldeados” são reflexos de um imaginário preconceituoso que busca estabelecer o lugar – espacial e social – dos indígenas. Em diversas situações é possível observar que governantes locais, servidores públicos e outros indivíduos da chamada população “não indígena” compartilham a compreensão de que o “estar na cidade” (morar, trabalhar, estudar, ocupar cargos políticos, ter acesso aos benefícios sociais, entre outros aspectos), constitui-se como negação do “ser indígena”, portanto, de sua identidade. Discursos que assinalam que “vir para a cidade” é igual a “deixar de ser índio” e de que estão “abandonando a terra indígena” devem ser criticados a partir de dados de pesquisas demográficas articuladas a estudos etnográficos capazes de compreender os diferentes fluxos de mobilidade entre TIs e cidades. (Rosa *et al*, 2023, p. 14-15)

É próprio da cultura ocidental, essa necessidade de mensurar e nomear todas as coisas com o propósito de conhecê-las a fundo. No entanto, essa perspectiva é falha, porque a partir de seus próprios conceitos (Fontes, 2023, p. 173) não consegue tocar a profundidade dos conceitos de outros povos. É como se estivéssemos passando as nossas vidas nos apegando a rótulos (Valim, 2024, p. 45) comentando um livro a partir de sua capa, seu peso, sua cor, mas nunca tê-lo aberto para compreender o real sentido de suas palavras e imagens contidas em seu interior.

Existem elementos graves subjacentes nas cidades e que mal damos conta de percebê-los, e isso, em grande parte pode ser por causa de nossas ocupações diárias, mídia ou porque simplesmente não é do interesse. De qualquer forma a vida está acontecendo em meio a cidade e seus dramas existenciais estão aí, escancarados para quem os puder e quiser ver.

Se em suas terras os indígenas passam por situações de explorações, invasões e ameaças ao virem para as cidades, não quer dizer que os problemas deixem simplesmente de existir. Também os espaços urbanos oferecem oportunidades de marginalização.

Os indígenas convivem com o preconceito e discriminação e com a negação sistemática de sua identidade. A violação de direitos poderia ser reduzida se as prefeituras dos municípios coletassem dados em nível local sobre indígenas neles residentes, de modo a implementar políticas públicas diferenciadas. A invisibilidade deste grupo social, como de tantos outros, serve à dominação, subalternização, marginalização e silenciamento. (Wiecko Volkmer de Castilho *et all*, 2023, p. 124).

É impressionante como este fenômeno de apagamento de culturas e identidades faz-se presente mesmo em ambiências, nas quais, acham-se tais questões muitas vezes superadas. Na verdade, o preconceito está presente ao que tudo indica em todo lugar. É quase como um fenômeno cultural esse aspecto de marginalizar e subalternizar este outro, que acredita-se ser inferior pelo seu próprio ser e existir, segundo critérios ocidentais.

O estar fora da aldeia traz uma carga de preconceito: “índios não trabalham”, “são bêbados”, “preguiçosos”. Não há índios na cidade: “eles vivem na floresta, andam nus, usam arco e flecha para caçar, não falam português”. Estar fora da aldeia, ser morador de uma cidade, para muitas pessoas significa que houve perda da cultura e da identidade étnica. Ele/ela teria sido assimilado/a, aculturado/a, integrado/a à sociedade brasileira. (Wiecko Volkmer de Castilho *et all*, 2023, p. 124).

Estes velhos estereótipos coloniais permanecem e dão o tom das relações em sociedade muitas vezes refletidas na discriminação. Novamente observamos este aspecto darwiniano de fim de uma situação para se iniciar outra a partir, daquele ser que melhor adaptou-se às mudanças ambientais. Como já afirmado, não serão eventos externos ou formativos que impulsionam a mudança do ser indígena (Rosado *et all*, 2013, p. 122) em outra coisa qualquer.

Para o olhar ocidental o indígena será sempre um indígena ou pejorativamente um “indígena inculturado” isso, é um erro crasso haja visto que inculturado ou não, será sempre indígena e portanto, nunca visto como um outro eu ocidental. Por isso, é preciso desenvolver outro olhar diante da realidade para que não se reproduza mais essa mentalidade colonial em sociedade.

Transformações culturais são constantes em todos os povos, de modo que não podemos condenar os povos indígenas a se manterem com as mesmas características de cinco séculos atrás. Os indígenas que residem em contextos urbanos não são menos índios do que aqueles que vivem em aldeias no contexto rural. Têm o direito ao exercício da cidadania com reconhecimento de suas identidades étnicas, línguas, valores, costumes, organização social e crenças, que se alteram no curso do tempo. Do contrário, estar-se-á se reproduzindo o processo de submissão dos povos originários, iniciado com a invasão das Américas pelos europeus. (Wiecko Volkmer de Castilho *et al*, 2023, p. 125).

O reconhecimento de suas identidades de povos indígenas, seus saberes ancestrais é crucial no processo de mudança de consciência colonial para uma forma de pensar mais inclusiva e justa em uma sociedade contemporânea. Afinal a subjetividade existencial, cultural indígena é bela e rica em sentido e significado. Vale ressaltar, por exemplo, que “é preciso recordar que para povos como Tupi-Guarani e Yanomami não existe uma separação entre ser humano e natureza. Para estes povos os seres humanos estão profundamente ligados à natureza de forma harmônica mantendo sua identidade própria de humanos” (Valim, 2024, p. 35). Quebrar este vínculo necessário ou alterá-lo de alguma forma é abrir espaço para a destruição da própria humanidade enquanto tal, lembrando que a subjetividade existencial, cultural indígena é bela e rica em sentido e significado.

Os indígenas compreendendo que sua voz autêntica e imbuída de sentido ancestral e contemplando seu valor para a orientação da humanidade, procuram adaptar-se de diversas maneiras às mudanças sociais. Isto acontece, porque entendem que “a linguagem seja ela escrita, simbólica, oral, gestual, juntamente com todos os demais itens daquilo que se convencionou a chamar de cultura, garantem ou pelo menos são sinais evidentes de que aquele povo específico possui uma identidade muito peculiar” (Valim, 2024, p. 101). Sua simples manifestação está repleta de um sentido, que não pertence a este ou aquele grupo ideológico, mas está situado na origem da mesma criação, segundo suas cosmovisões. É uma voz que se insere na ordem primeira da existência e por isso, é tão necessária à sua escuta, porque permite tocar uma realidade em sua fonte e assim sendo, seus saberes estão mais livres de serem afetados por elementos externos e que nada tem a ver com a origem de um pensamento.

É sempre válido frisar de forma incisiva perante uma mentalidade colonial que o ser indígena é importante e está para além, do que os sentidos simplesmente podem captar ou que teorias podem tentar explicar.

A identidade indígena transcende o espaço que habita, faz parte e encontra seu sentido ali no local de origem, mas ao mesmo tempo não depende exclusivamente do mesmo. Isso porque sua natureza humana permanece inalterada onde quer que esteja, mesmo que em contato com culturas avessas à sua. Isso possibilita rebater muitos dizeres que se referem ao indígena que habita os centros urbanos como não sendo mais indígenas. Na verdade, podemos dizer que apenas sofreu um processo de enculturação, mas seu ser e existir permanecem os mesmos de forma inalterada. Seus ouvidos ainda ouvem os clamores da floresta, sua vida segue o compasso das danças e celebrações, sua língua ainda balbucia sua língua mãe, seu coração pulsa com os pulsares da vida que floresce em meio às matas em todas as manhãs, tardes e noites. (Valim, 2024, p. 101-102)

Como podemos notar, seria um erro fazer tais afirmações, porque elas nada podem afirmar referente a este ponto e a identidade destes povos. O que se tem, na verdade, são especulações pautadas em conceituações formuladas a partir de conceitos aproximados ocidentais. Por isso, a escuta atenta destes povos é tão

necessária, pelo seu caráter de originalidade e força motriz para a transformação, a partir da interioridade e da contemplação da existência humana em relação aos mundos que se atravessam.

Sua identidade é única e irrepetível, o que lhe confere um caráter todo especial de singularidade e expressão no mundo. Sendo um ser existente concretamente neste mundo, o indígena, possui características relacionais e por isso constitui relações com outros indivíduos para que juntos formem uma família, sociedade etc. outra característica fundamental é sua estreita relação com a natureza tão romantizada muitas vezes pelo cinema, a arte e demais meios de comunicação. Como se índio fosse sinônimo de filmes de western e selva. (Valim, 2024, p. 110)

Portanto, para longe das percepções dos não indígenas, os indígenas se posicionam naturalmente com sua voz política autoral e testemunhal, a partir de suas próprias tradições antigas. Não serão mais como observadas, as mudanças espaciais e, geográficas, que terão a capacidade de mudar o que de fato o indígena é no seu íntimo. Somente o indígena é que pode dizer o que efetivamente ele é a partir de seu lugar de fala. Resta-nos a escuta atenta da palavra que esses povos podem nos oferecer para que a partir dela se possa pensar em uma nova cidade e uma nova relação com a mesma cidade (Rosado *et all*, 2013, p. 9) que de fato também tenha as marcas da ação indígena com uma nova consciência étnica de si (Baniwa, 2006, p. 38, 113). Afinal, uma cidade não se constrói apenas com concreto e ferro, mas com a vida de seus próprios habitantes, é a materialização da humanidade que habita em todos nós.

Considerações finais

Fica evidente a necessidade de compreender a existência do ser indígena, para além, de meros estereótipos e conceituações que se situam na ordem de fora da realidade dos próprios indígenas. Hoje, a partir de sua capacidade de adaptação, tem oportunizado o conhecimento de suas tradições e saberes, para todos o que é muito bom, se pensar uma nova constituição de cidades, onde as mesmas sejam de fato acolhedoras e pluralistas, que possam ser percebidas as marcas da diversidade étnica brasileira em seus espaços.

O corte entre natureza e ser humano não é um problema indígena, mas uma questão ocidental em que a humanidade é uma questão mais complexa na perspectiva indígena devido ao seu conjunto de relações humanas e não humanas.

O início da constituição de saberes indígenas começa com a verbalização e partilha de saberes para formular uma educação mais ampla e complexa como a própria humanidade. Há um esquematismo eurocêntrico do saber que promove a separação entre saberes e seres humanos para promover a si mesmo, como universal, sistema interno lógico e formal dos saberes. Neste sentido é complexo reconhecer o outro no campo de saber, o que torna impossível reconhecer estes saberes como saberes genuínos e complementares aos saberes ocidentais.

Se algo dura muito tempo, coloca em risco o aprendizado das novas gerações sobre o como fazer determinada construção, o que é muito próprio da cultura ocidental. Talvez seja, necessário pensar na sociedade à luz do pensamento indígena a questão do enraizamento de nossas vivências nas cidades.

As cidades correm o risco de se tornar um universal, onde todos os outros mundos possíveis são destruídos, para que ela possa se desenvolver de forma suscetível. Existe uma lógica epistêmica que acaba por não reconhecer os demais saberes, para além, daqueles que são consolidados por uma tradição ocidental. É a

formação de uma realidade não política que acaba por não reconhecer outros mundos que se atravessam.

É preciso que o ser humano reconheça sua humanidade no espaço da cidade e sua relação com seres encantados e com os demais seres presentes na realidade, para que de fato saiba seu lugar do processo existencial imanente.

A construção do ser humano deve levar em consideração a relação que o cosmos circundante a vista de uma cosmopolítica, em que o conhecimento indígena é um tipo de saber que não se dá separado de um corpo em movimento na sociedade. A academia hoje, não só estuda estes grupos sociais, mas também aprende com a escuta destes mesmos grupos. A poética é um modo de colocar a cultura e a política em circulação como modo de viver. Não é possível separar o corpo de território para as cosmovisões indígenas e como isso, vai construindo-se na ação política dos povos indígenas. Por isso, é válido refletir sobre a própria história política brasileira principalmente com relação aos povos indígenas para perceber um processo colonial que perpassa gerações.

As políticas governamentais no Brasil foram respaldadas pelo ideário de “civilização” desde o séc. XVI até final do séc. XX. Apenas em 1988, o novo texto constitucional do Brasil trouxe importante alteração no entendimento com relação às diferenças culturais: devem ser respeitadas e valorizadas. Porém, o rastro de tantos anos de dominação ainda pode ser evidenciado quando se pretende ditar, o que seria uma identidade indígena, pelo lugar de sua moradia ou aparência despida da rusticidade estereotipada historicamente.

A presença dos indígenas no espaço urbano não ocorre apenas na atualidade, porém, a compreensão de suas condições culturais faz-se necessária para uma convivência respeitosa, que venha valorizar os saberes ancestrais que fazem parte de suas memórias individuais e coletivas, e que são a base identitárias desses povos originários.

Bibliografia

ARAÚJO SILVA, Dorcas Florentino de; BESSA, Eliane da Silva. Aldeias indígenas no século XXI: entre o rural e o urbano, entre o antigo e o novo. Os desafios na construção do espaço no atual contexto de respeito à diversidade cultural (167-181). In: CARIGNANI, Gisele (Org.) **Leituras Urbanas: experiências de urbanizações em Mato Grosso**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2021.

ARAÚJO SILVA, Dorcas Florentino de. **Infraestruturas indigenistas e (des) configurações dos espaços de vivência indígenas: atores, demandas e políticas públicas**. Uma referência ao povo indígena Kurâ-Bakairi de Paranatinga-MT. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado Interinstitucional em Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - PROURB/UFRJ – DINTER UFRJ/UFMT/UNEMAT, 2015.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BATISTOTI, Aleida Fontoura; LATOSINSKI, Karina Trevisan. **O Indígena e a Cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/ MS**. Revista Rua, Campinas, SP, v. 25, n. 1, 2019. DOI: 10.20396/rua.v25i1.8655545. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8655545>. Acesso em: 8 dez. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **A natureza do espaço para Milton Santos**. In: Geografares, nº 06, 2008 (pgs 155-165).

CORREIA, Sílvia Barbosa; MAIA, Luciana Maria. **Representações Sociais do “Ser Indígena”**: Uma Análise a Partir do não Indígena. Revista Psicologia: Ciência e Profissão, vol. 41, p. 1-15, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221380>.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/K38kDH3X6NYC5Ywh3bpg6tP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2024.

DE CASTRO, Dannyel Teles; DE OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **Descolonização do Saber**: Paulo Freire e o pensamento indígena brasileiro. Educação & Realidade, [S. l.], v. 47, 2022. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/116268>. Acesso em: 8 dez. 2024.

DE MORAIS RODRIGUES, Ubiratane. **A Ética Ancestral na Filosofia de Ailton Krenak**. Modernos & Contemporâneos - International Journal of Philosophy [issn 2595-1211], [S. l.], v. 7, n. 16, p. 190–207, 2023. Disponível em:

<https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/modernoscontemporaneos/article/view/4859>. Acesso em: 8 dez. 2024.

FONTES, Gustavo. **Direitos Indígenas no Brasil**: uma reconstituição filosófica.

Griot : Revista de Filosofia, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 171–194, 2023. DOI:

10.31977/grirfi.v23i2.3278. Disponível em:

<https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/3278>. Acesso em: 8 dez. 2024.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

JECUPÉ, Kaka Werá. **Tupã Tenondé – A Criação do Universo, da Terra e do Homem segundo a tradição oral Guarani**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

LIMA, Edilene Coffaci de. Exílios índios: sobre deslocamentos compulsórios no período militar (1964-1988). In Dossiê: Cosmologias, territorialidades e políticas de quilombolas e de povos tradicionais. ACENO Revista de Antropologia, Vol. 3, N. 6, p. 18-35. Ago. a Dez. de 2016. ISSN: 2358-5587. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/4344>. Acesso em: 28 jan 2025.

NASCIMENTO, Adir Casaro; VIEIRA, Carlos Magno Naglis. **O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade**. Cordis:

Revista Eletrônica de História Social da Cidade, [S. l.], n. 14, 2015. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/26141>. Acesso em: 8 dez. 2024.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Antropogênese e Filosofia Indígena**: o homem e o animal. Griot : Revista de Filosofia, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 405–416, 2021. DOI:

10.31977/grirfi.v21i2.2399. Disponível em:

<https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/2399>. Acesso em: 8 dez. 2024.

NOGUERA, Renato. **Introdução à Filosofia a Partir da História e Culturas dos Povos Indígenas**. Revista Interinstitucional Artes de Educar, [S. l.], v. 1, n. 3, p.

394–407, 2016. DOI: 10.12957/riae.2015.23786. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/23786>. Acesso em: 8 dez. 2024.

NUNES, Eduardo Soares. **Aldeias Urbanas ou Cidades Indígenas?** Reflexões Sobre Índios e Cidades. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9, 2010. DOI: 10.22456/1982-6524.8289. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/8289>. Acesso em: 8 dez. 2024.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"?** Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana [online]. 1998, vol.4, n.1, pp. 47-77. ISSN 1678-4944.

PINHO, Giselle Fernandes de; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; OLIVEIRA, Kamila. **Cidades Jardim do Passado:** lições da herança morfológica dos povos indígenas. Revista de Morfologia Urbana, [S. l.], v. 12, n. 1, 2024. DOI:

10.47235/rmu.v12i1.335. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/335>. Acesso em: 8 dez. 2024.

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. **Povos Indígenas em Contextos Urbanos Na América Latina :** Algumas considerações a partir da realidade brasileira. Revista Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/132118>. Acesso em: 8 dez. 2024.

ROSADO, Rosa Maris; FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas (orgs). **Presença indígena na cidade:** reflexões, ações e políticas. Realização Núcleo de Políticas Públicas para Povos Indígenas. Porto Alegre : Gráfica Hartmann, 2013.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

TAYLOR, Anne Christine; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Um corpo feito de olhares (Amazônia).** Revista de Antropologia, São Paulo, Brasil, vol. 62, nº 3, p. 769-818, 2019. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2019.165236. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165236>. Acesso em: 12 dez. 2024.

TOBIAS, Rodrigo; CABRAL CIDADE, Fernanda; CORREIA SOUZA, Lupuna; COSTA ROSA FARIAS DE LIMA, Mayra Costa Rosa Farias de Lima; RODRIGUES DOS SANTOS, Gercicley; MATA, Lígia Menezes da. **Direito à Cidade para Povos Indígenas na Perspectiva do Direito à Saúde:** uma revisão integrativa. arq.urb, [S. l.], n. 38, p. 31-41, 2023. DOI: 10.37916/arq.urb.vi38.679. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/679>. Acesso em: 8 dez. 2024.

VALIM, Ricardo. **Ontologia e Ética no Pensamento Indígena Brasileiro:** Análise das ontologias tupi-guarani e yanomami. Porto Alegre: Editora Fundação Fenix, 2024.

WIECKO VOLKMER DE CASTILHO, Mariana; WIECKO VOLKMER DE CASTILHO, Ela. **O Desafio da Invisibilidade dos Indígenas em Contexto Urbano.** Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 25, n. 3, p. 120-140, 1 dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/59956>. Acesso em: 8 dez. 2024.

Recebido em: 02/2025
Aprovado em: 06/2025

